

Nodos de Uma mesma Raiz: Aproximações e Distanciamentos entre Reportagem e Etnografia a Partir do Encontro com o Outro¹

Luiza GOULD²

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

Este artigo pretende investigar os diálogos estabelecidos entre reportagem jornalística e pesquisa etnográfica considerando a imersão como ponto de encontro. Parte-se de uma discussão teórica com autores da Comunicação e da Antropologia para, em seguida, ser feita uma análise comparativa entre a reportagem *Resgate de uma tribo*, publicada por Carlos Azevedo em 1966 na revista *Realidade*, e a pesquisa etnológica de Frederico César Barbosa de Oliveira realizada para a sua tese, defendida em 2010. Ambos convivem com a mesma população indígena, os Kaiabi, e narram a transferência dela para o Parque Nacional do Xingu, mas contextos diversos e determinadas escolhas metodológicas geram resultados díspares, aqui apontados, enquanto busca-se entender o que um campo tem a acrescentar ao outro.

PALAVRAS-CHAVE: Reportagem; Etnografia; imersão; campo; Kaiabi.

Introdução

Uma metáfora regularmente acionada pelos Kaiabi para explicar as relações de parentesco, associando as proximidades ou distanciamentos entre as famílias é a raiz da batata doce (*jetyk*). É como se os Kaiabi estivessem também plantados na terra, juntamente com suas famílias. Nesse sentido, cada família extensa, constituída desde o patriarca mais velho até os primos de primeiro grau, se configura como um nodo da raiz, sendo que todos os nodos derivam de uma origem comum, mas à medida que se distanciam são reconhecidos como parentes com menor proximidade (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2010, p. 189).

A figura de linguagem a que Frederico César Barbosa de Oliveira recorre em sua pesquisa é acionada na busca pelo significado do núcleo familiar para os Kaiabi, ou Kawaiwete, população indígena que habita o estado do Mato Grosso e resiste desde o fim do século XIX à invasão de suas terras. Na tese em Antropologia Social do autor, a família é apresentada, a partir de relatos dos próprios Kaiabi, como um dos fatores primordiais para a conexão estabelecida entre eles e seus territórios de origem: a faixa

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense, e-mail: luizagould@gmail.com.

ao longo dos rios Arinos; Teles Pires, também chamado de São Manuel; e Peixes, ou Tatuy. Partimos desta alusão à raiz para investigar aproximações e distanciamentos do nodo reportagem jornalística com o nodo Etnografia, no que se refere à apuração de imersão, no primeiro caso, e ao trabalho de campo, no segundo. A discussão teórica, a partir de referenciais da Comunicação e da Antropologia, será entremeada pela análise de dois exemplos, cada qual advindo de uma área, porém relativos à mesma temática. A opção pela abordagem de um assunto em comum foi feita para que semelhanças e diferenças possam emergir de maneira mais tangível ao longo deste estudo prévio.

Constituímos como corpus do artigo a reportagem *Resgate de uma tribo*, de Carlos Azevedo, publicada em dezembro de 1966 na revista *Realidade*³, e a pesquisa etnológica⁴ de Barbosa de Oliveira, defendida em julho de 2010 na Universidade de Brasília, sob o título *Quando resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no baixo Teles Pires*. Azevedo participou da transferência deste povo originário do Tatuy ao Parque Nacional do Xingu, junto de Cláudio Villas-Bôas⁵, paraquedistas da FAB, lideranças indígenas e do repórter fotográfico Luigi Mamprin. O grupo percorreu em 40 dias os 300 quilômetros que separam a aldeia da reserva. A mesma travessia, a pé e a canoa, é citada por Barbosa de Oliveira em sua tese, apesar de o antropólogo se ater à extensão do rio Teles Pires. De lá, também partiram os Kaiabi, por conta de conflitos com seringueiros e do alastramento de doenças na região. No caso do pesquisador, o objetivo foi compreender a relação dos indígenas com o rio, ouvindo as histórias relacionadas ao local, aquelas relativas à transferência, igualmente comandada pelos irmãos Villas-Bôas, e ainda as narrativas sobre a vida no Xingu após a mudança. Apesar de nos anos 1955, 1966 e 1970 a maior parte dos Kaiabi ter se mudado para o Parque, ainda há alguns representantes que resistem no Tatuy e no baixo Teles Pires, parte do rio localizada no estado do Pará.

³ A revista da Editora Abril circulou entre os anos de 1966 e 1976 e teve importante papel na consolidação do gênero reportagem no país, sendo considerada uma referência em termos de aprofundamento, linguagem e narrativa.

⁴ Segundo Carmen Mattos (2011, p. 52-53), a Etnologia é o ramo da Antropologia que estuda a cultura dos povos naturais e sua variedade. O surgimento da Etnologia se dá 50 ou 60 anos antes da Etnografia, que é, por sua vez, a maneira de descrever a cultura material de um povo. Trata-se da escrita sobre a língua, a raça, a religião e as atividades de determinado grupo, sendo integrante, portanto, da Etnologia.

⁵ Cláudio e os irmãos Orlando e Leonardo Villas-Bôas participaram da Expedição Roncador-Xingu, parte da Marcha para o Oeste, fomentada por Getúlio Vargas como forma de mapear e ocupar áreas do interior do país. Ao longo do percurso, eles lutaram pela implementação de um parque que pudesse ajudar na preservação da natureza e da cultura indígena local, ameaçadas pelo contato com os homens brancos.

Uma mesma Raiz de nome Alteridade

Em livro no qual apresenta sua reportagem *O nascimento de Joicy*, vencedora do Prêmio Esso em 2011, Fabiana Moraes (2015) escreve sobre a aproximação do jornalismo com “outras paisagens”, os campos de estudo da Filosofia, da Sociologia e da Antropologia. Especificamente em relação à Antropologia, ela afirma:

De saída, um modo de investigação nos estudos antropológicos que deve ter presença fundamental no jornalismo, principalmente nas grandes reportagens, é a etnografia. No método, ainda não absorvido pelas escolas de comunicação do país, o(a) pesquisador(a) se utiliza da observação direta (participante ou não) e da entrevista na coleta de dados. Realiza uma verdadeira imersão no ambiente e estabelece um contato prolongado com as pessoas e grupos estudados. É essa aproximação densa que vai, posteriormente, ajudar na interpretação das múltiplas identidades, evitando uma leitura unidimensional da realidade (MORAES, 2015, p. 201).

Fica clara a defesa por parte da jornalista de que é a relação estabelecida com o Outro, a alteridade, a raiz comum na qual reportagem e Etnografia encontram-se implicadas. Moraes, no entanto, não deixa de apresentar entendimentos contrários a essa perspectiva, como o de Cláudia Lago. Graduada em jornalismo, com doutorado em Ciências da Comunicação, Lago tem mestrado em Antropologia Social e passeia pelos dois campos, mas considera o jornalista pouco capaz de incorporar em seus textos quem lhe é diferente. Para ela, a *práxis* profissional, com a escolha de fontes que se relacionam à macroestrutura, faz com que o Outro seja excluído ou não seja percebido plenamente (LAGO, 2010, p. 175). Recorrendo à metáfora de Bourdieu (1997), a pesquisadora reforça que os jornalistas veem de determinadas formas a realidade, como se utilizassem óculos específicos, que predeterminam o olhar. O profissional, formado junto às camadas médias e altas, carregaria o “*habitus*” de sua classe (Ibidem, p. 168).

De fato, há critérios de noticiabilidade e valores-notícia⁶ que limitam o acesso à mídia, privilegiando a fala de autoridades ou especialistas, mas a consideração de que o encontro seja um grande desafio na profissão é passível de questionamento. Afinal, independentemente de sua posição social, o repórter é capaz de sugerir pautas que

⁶ Analisando jornais noruegueses, Johan Galtung e Mari Hombøe Ruge constatam que a combinação dos valores “referência a pessoa de elite” e “referência a algo negativo” faz com que quanto mais baixa a posição social de um indivíduo, mais negativas suas ações terão que ser para ele se tornar noticiável. Assim, algumas pessoas entrariam mais facilmente nas páginas de notícias como criminosas (GALTUNG; RUGE, 1965, p. 83). Surgem dois cenários problemáticos na imprensa, conforme apresentado em trabalho anterior: o da ausência ou o do encarceramento dos personagens, circunscritos a um único tipo de relato sobre suas vidas (GOULD, 2020, p. 199).

contemplem sujeitos e sujeitas comuns, por exemplo, e de possuir um pressuposto ético que o leve a olhar com mais complexidade para eles e elas. Um exemplo dessa afirmação é a própria Fabiana Moraes. No trabalho que deu origem ao seu livro de 2015, a repórter acompanha parte do percurso do agricultor e cabeleireiro João Batista para se transformar em Joicy, uma operação realizada pelo Sistema Único de Saúde e fruto de sete anos de preparo, consultas, tratamento. Apesar de Joicy enfrentar as adversidades da renda de R\$ 268,00 mensais em Alagoinha (PE), além de sofrer preconceitos e dores que Moraes desconhece, ela não deixa de abordar a personagem a partir das múltiplas nuances que a constituem. Trata Joicy pelo pronome feminino mesmo antes da cirurgia, mostrando ao leitor que o fato de a personagem manter uma aparência masculina (sem cabelos compridos, maquiagem e vestido) não faz dela menos mulher do que as demais trans na fila de espera do hospital onde se conheceram.

Em seus argumentos, Cláudia Lago denuncia a criminalização do marginalizado social e a produção noticiosa que confere a ele um *status* de glamour, tirando-o de seu contexto, mas não assinala a existência de iniciativas que rompem com as amarras do estereótipo. Por isso, é contestada por Fabiana Moraes (2015, p. 206, grifo nosso):

A pesquisadora vai além nessa visão extremamente polarizada, realizando uma afirmação tão reducionista quanto a do tipo de jornalismo que ela critica: “*enquanto a antropologia se coloca a necessidade de apreender, compreender e acolher o Outro, o jornalismo opera no sentido inverso*”. Simplificando ainda mais, se é possível: jornalistas vão até as ruas, passam semanas, meses e até anos em contato com pessoas e grupos localizados em várias faixas sociais justamente para não entendê-los, para evitar contatos, para permanecerem herméticos às transformações que qualquer contato com o Outro possa provocar. É preciso dizer também que, a partir da afirmação de Lago, a antropologia, augusta a *priori*, jamais se esquivou em suas tentativas de apreender este vasto mundo, nunca adotou uma postura etnocêntrica em relação aos grupos e às pessoas sobre os quais se debruçou.

Com mais de 20 anos dedicados à reportagem, Eliane Brum (2017) também pode ser chamada à discussão. Se Moraes cita as “tentativas de apreender este vasto mundo”, Brum (2017, p. 364), ao falar sobre o gênero do jornalismo marcado pela imersão, cita a necessidade do repórter de desabituar-se de si para habitar o mundo que é outra pessoa. Para tanto, seria imprescindível a escuta. Mas aqui cabe uma ponderação. As diferenças de classe social, por exemplo, podem não ser um completo impeditivo, como Cláudia Lago coloca, para um encontro verdadeiro entre o retratado e quem retrata, mas as dificuldades existem. Ao comparar seu ramo e a História, o antropólogo

estadunidense Clifford Geertz (2001, p. 113) afirma que “tentar compreender pessoas em posições muito diferentes das nossas, encerradas em condições materiais diferentes, movidas por ambições diferentes e tomadas por ideias diferentes do que é a vida” cria problemas semelhantes quando esse Outro está em um tempo distante (caso dos historiadores) e quando ele está fisicamente longe (como acontece, muitas vezes, com o antropólogo). O mesmo vale para o jornalista, que nunca conseguirá desabitarse completamente de si, pois não é o mensageiro, mero encarregado de reproduzir os acontecimentos, e sim o mediador, como frisa Sylvia Moretzsohn (2007) empregando uma distinção feita por Vitor Malheiros (2004). Na obra *Pensando contra os fatos*, a pesquisadora lembra que o aniquilamento da subjetividade não é possível em nenhuma atividade humana, “[...] se pretendemos tomar a objetividade de maneira absoluta, ou seja, como algo que exija a exclusão do sujeito” (MORETZSOHN, 2007, p. 149).

Tal entendimento também está presente em estudo de 1989 de Clifford Geertz, no qual o antropólogo constata que os dados de um escrito etnográfico são construções do pesquisador sobre construções de outras pessoas. Logo, “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (GEERTZ, 1989, p. 20). Trata-se de uma interpretação, cuja base está localizada sobre linha tênue: até que ponto a subjetividade distorce o manuscrito que é o Outro? Até que ponto ela consegue se transmutar em alteridade na reportagem e na análise do caderno de campo? Ou, para usar um exemplo imbuído na pergunta, “o fato de o jornalista não ser um morador de rua não pode deixar impressões etnocêntricas em seu trabalho?” (GIRARDI JR, 2000 apud MORAES, 2015, p. 202). Em artigo no qual se debruça sobre as representações midiáticas da marginalidade social, Júlia Lery (2018) contempla esta problemática citando Bauman (1997), para quem a distância certa a se tratar a alteridade parece uma aporia, a indagação filosófica que não pode ser respondida. A pesquisadora vai além ao argumentar que o conceito apresenta problemas de aplicabilidade relacionados à dificuldade de definição do Outro, que não ocupa apenas uma classe distinta:

Se por um lado o conceito de alteridade pode ser operativo para pensar em representações midiáticas de grupos que não vivem um processo de construção e reivindicação identitária, essa chave de leitura continua insuficiente. Para além de apontar para a aporia supracitada, há uma dificuldade de aplicação conceitual. Como compreender como Outro apenas um “outro social”? Esse movimento apagaria diversos tipos de diferenças, que são as condições básicas para a alteridade, em prol de diferenças de classe (LERY, 2018, p. 29).

Carmen Mattos (2011, p. 65) compartilha de dilemas correlatos na Etnografia, ao atestar a “irônica dificuldade” de um trabalho a que nunca se dará conta: descrever o Outro sob o ponto de vista dele mesmo. Mas, em sua opinião, a limitação não é motivo para imobilizar a busca pela alteridade. Pelo contrário. Mattos considera que a ironia deve motivar a meditação de pesquisadores, na tentativa de encontrarem maneiras em que esse ponto de vista externo esteja contemplado da melhor forma e as ações sejam entendidas segundo seus significados locais. Ela conclui que, reconhecendo “os pontos frágeis de um paradigma científico de investigação” nos é indicado “quando podemos melhor utilizar” a Etnografia (Ibidem). A pesquisadora a escolhe usar na sala de aula. Nesse campo está seu interesse em descobrir se as diferenças entre os alunos, como sexo e classe social, levam a alterações na relação de subordinação que é estabelecida com a professora, se há privilégios ou variações nas relações de poder (Ibidem, p. 59).

O contato do etnógrafo, seja com a tribo indígena, seja com estudantes na sala de aula da metrópole, se soma a procedimentos que, uma vez aplicados ao jornalismo, reforçam características da reportagem. Um desses procedimentos é a descrição densa, uma contribuição que Geertz resgata do filósofo britânico Gilbert Ryle (1949). Ryle diferencia o ato de piscar como tique nervoso do piscar como farsa, quando um amigo imita a piscadela inicial para dar a entender que uma conspiração está sendo armada. Recorrendo a essa cena, na qual tiques e imitações são produzidos, percebidos e interpretados, Geertz (1989, p. 17) traduz a Etnografia como uma teoria interpretativa da cultura, a piscadela da piscadela. Dessa forma, o relato não seria a mera descrição, mas uma escrita somada à análise e à interpretação, por isso uma descrição densa.

Mattos (2011, p. 54), em texto no qual apresenta a Etnografia, a sintetiza como a “escrita do visível” que depende de observação, da sensibilidade ao Outro, do conhecimento sobre o contexto, da inteligência do etnógrafo. Arelada à descrição, está primeiramente a observação, que como ferramenta de pesquisa pode se constituir enquanto observação participante. A técnica pressupõe um pesquisador imerso no campo de estudo, assumindo posição ativa por envolver-se com o grupo observado.

Elencando características da observação participante apreendidas das experiências do antropólogo William Foote Whyte, Licia Valladares (2007) menciona o longo tempo de contato necessário com o grupo pesquisado – Mattos (2011, p. 52) chega a citar o período de dois anos para ser Etnografia – e a interação estabelecida,

mas sem o pesquisador perder de vista o seu papel. A autora frisa a importância de uma rotina de anotações em caderno de campo, a entrega dos resultados do trabalho desenvolvido, além de atestar que a observação participante implica em “saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa” (VALLADARES, 2007, p. 154). O trecho muito se assemelha a certo dizer de Eliane Brum sobre a reportagem: “Só nos tornamos capazes de completá-lo”, e aqui ela se refere ao Outro, “pela escuta, esta que se faz com todos os sentidos, que apalpa tanto o dito como o não dito, tanto o que soa e ressoa, quanto o silêncio” (BRUM, 2017, p. 364).

Pontuamos até aqui diversos atributos que podem ser compartilhados por Etnografia e pelo gênero jornalístico reportagem. Ao falar o que a profissão tem a agregar vindo da pesquisa, Fabiana Moraes (2015, p. 215) realiza uma síntese que amarra bem as duas áreas. Para isso, ela utiliza aspas de Girardi Júnior (2000):

É conversando com outros campos de saber e se utilizando de metodologias vistas nestes campos (várias delas comuns ao jornalismo) que o repórter pode se transformar, diz o autor, em um “etnógrafo da sociedade ou dos diversos grupos e acontecimentos que ela comporta”. Munido da observação direta, da coleta de dados, da descrição de comportamentos, da reconstrução de acontecimentos (elementares à literatura e à etnografia) e de entrevistas, além de reflexões sobre formas de representação, reconstrução e reinterpretação do passado (vindas da história), o repórter consegue aprofundar-se de maneira mais segura e certa em diversas temáticas.

Cabe ainda aludir a um conceito-chave para a conexão definitiva dos dois nodos da raiz: o de jornalismo etnográfico. Advinda do francês Erik Neveu (2006, p. 171), a terminologia, para ser empregada, demandaria alguns aspectos do produto: 1) Ser reportagem; 2) Evocar pessoas “comuns”, como caminhoneiros em greve; 3) Fazer uso de citação, técnicas de encenação e estilos de vida; 4) Inverter as coberturas habituais, “passando do ponto de vista dos que decidem para o dos efeitos de suas decisões”.

O Outro é Kaiabi: Nodos que se Aproximam e se Distanciam

Em algum grau, a reportagem que integra o corpus deste artigo reúne tais aspectos, embora seja crucial investigarmos se o jornalista consegue aprofundar-se de maneira mais segura e certa no tema explorado, retomando o que diz Fabiana Moraes. *Resgate de uma tribo* se inicia com uma página editorial em que é enaltecido o esforço dos repórteres Carlos Azevedo e Luigi Mamprin para a “cobertura de uma

história de solidariedade humana, a salvação de um povo ameaçado de desaparecimento – os índios caiabis” (AZEVEDO, 1966, p. 37). É destacado o caráter de aventura do que está posto como uma missão salvífica: em 300 quilômetros percorridos, os repórteres passaram por todo tipo de desafio, da fome, obrigando Azevedo a caçar, à malária que Mamprin pegou na floresta. Ao longo de mais de dez páginas, uma característica chama a atenção: a reportagem se constitui como um caderno de campo desse período. O leitor acompanha o desenrolar da caminhada a partir do relato minucioso de cada dia, como nas passagens “O dia seguinte – era o oitavo da viagem – amanheceu belíssimo. Navegando juntas desde a aurora, as jangadas eram envolvidas por uma neblina fina, dourada de sol” (Ibidem, p. 45) e “No almoço daquele dia foi consumida a última porção de macarrão, acompanhada de pato e jacu ensopados” (Ibidem, p. 46). O leitor consegue imaginar o repórter com o seu bloco em mãos, escrevendo cotidianamente suas principais percepções. O cuidado na descrição é ainda perceptível na tentativa de Azevedo em mensurar o que vê, como em sua narração da captura de uma anta:

Assustada, mergulhou procurando voltar para onde viera. Reapareceu, mas um tiro de fuzil que bateu na água a meio palmo de seu focinho obrigou-a a mergulhar outra vez. Ela só voltou a aparecer na margem 50 metros adiante. Quando ia entrando no mato, porém, recebeu o primeiro tiro. Cambaleou. Outros cinco tiros bateram em cheio no seu corpo. Ela caiu de joelhos e depois rolou mansamente para o rio, morta. Pesava uns 200 quilos (Ibidem, p. 45).

A escrita minuciosa é um recurso também elencado quando são expostas as afinidades entre jornalismo e literatura, e até mesmo entre Etnografia e literatura. Geertz (1989) toca nessa relação ao colocar lado a lado a história inventada e a história anotada. Acaba por concluir que “as condições de sua criação e o seu enfoque (para não falar da maneira e da qualidade) diferem, todavia uma é tanto *fictio* – ‘uma fabricação’ – quanto a outra” (GEERTZ, 1989, p. 26), novamente reiterando o caráter da construção imbuída no relato. No caso de *Resgate de uma tribo*, no entanto, o fato de a descrição ser quase diária, faz com que entendamos se tratar de uma abordagem etnográfica mais do que literária. O detalhamento prossegue após o primeiro encontro com os Kaiabi:

Por último, um velho se aproximou. Devia ter uns 70 anos, coisa rara, pois os índios *em contato com os civilizados* morrem mais cedo. Não falava português, mas suas palavras em caiabi, pronunciadas em voz baixa e rouca, tinham um tom cordial. *Apesar da roupa suja e desbotada que lhe enfeiava a figura*, mantinha um ar imponente, um jeito de quem se acostumou a mandar. Pois o velho era um chefe. Era Temioni, o último *uriat* (de linhagem nobre) dos caiabis do rio Tatuin (AZEVEDO, 1966, p. 47, grifos nossos).

No trecho encontramos uma aproximação entre a reportagem e uma fase vivida pela Antropologia. Recorremos a Barcellos (2005) para uma volta histórica no campo. A autora recorda que até o século XIX as diferenças culturais eram vistas segundo graus evolutivos, tendo como referência de “civilização” o Ocidente (BARCELLOS, 2005, p. 1). Progressivamente, o olhar relativizador da Antropologia é deixado de lado até que se consolida no fim do século XX a perspectiva de se impedir qualquer tipo de discriminação. Abandona-se, portanto, um olhar que era voltado ao Outro como exótico. Como vimos, aliás, tal olhar é um dos argumentos que fazem Fabiana Moraes criticar Cláudia Lago, utilizando de ironia na frase “[...] a antropologia [...] nunca adotou uma postura etnocêntrica em relação aos grupos e às pessoas sobre os quais se debruçou” (MORAES, 2015, p. 206). Não são raros os exemplos de pesquisas que incorreram nessa postura. O crítico literário José Veríssimo realizou estudos etnográficos da Amazônia publicados nas obras *Primeiras Páginas* (1878), *Cenas da Vida Amazônica* (1886), *A Amazônia* (1892) e *Pesca na Amazônia* (1895), mas sua escrita foi marcada pelo etnocentrismo, como avalia Mariana Moreno Castilho (2011). Em trecho de *Cenas da Vida Amazônica*, que ela reproduz, Veríssimo classifica o indígena como alguém pouco afeito ao trabalho, uma falácia repercutida desde os colonizadores europeus.

Se desadoram o trabalho é antes por desprezarem-lhe os proventos que por preguiça somente. A copia dos rios infinitamente piscosos, a enormidade das florestas repletas de caça, a terra riquíssima de productos úteis de toda a especie, ahi estão senão justificando, pelo menos explicando a sua indolência e offerecendo-lhe com o mínimo de trabalho possível que os sustenta, a casa que os agasalha e até a roupa que os veste (VERÍSSIMO, 1886 apud CASTILHO, 2011, p. 172).

Ao dizer que as roupas “enfeivavam” a figura do Kaiabi, Azevedo dialoga com o trecho acima, no qual o Outro é rebaixado frente ao pensamento civilizatório. De forma igualmente etnocêntrica, estão as passagens da reportagem em que o Parque Nacional do Xingu é enaltecido enquanto os costumes dos povos originários são em certa dimensão depreciados: “Lá, os caiabis do Tatuin não iriam mais ter perfumes, mas teriam uma fatura que nunca conheceram. Nada saberiam de Pelé, mas voltariam a dançar e cantar suas velhas canções nas longas noites estreladas” (AZEVEDO, 1966, p. 54). O repórter não compreende a recusa dos Kaiabi que decidiram ficar em suas terras:

Tinha exigido grande esforço – estenderam-se por 300 quilômetros de floresta virgem – e era *uma pena* que outros índios além dos 13 que vieram não tivessem aceitado o convite e resolvido se mudar para o

parque. *Tinham recusado uma oportunidade, talvez única, de trocar uma vida triste e sem esperança por um mundo novo, melhor* (Ibidem, p. 54, grifos nossos)

O trabalho de Barbosa de Oliveira, por sua vez, dá mais espaço à voz dos próprios Kaiabi, ao buscar assimilar, por meio de entrevistas, a ligação estabelecida com o rio Teles Pires. Atú é um dos que explica essas razões:

Nós achamos melhor ter ficado, meu finado pai não queria ir, aí vieram atrás de nós, aí se alagaram numa cachoeira no São Benedito, perderam todo material e não voltaram mais. Meu pai não queria ir para o Xingu, porque ele conhece a região, já andou por lá e sabe que é tudo cerrado e campo, é só pantanal... O rio Xingu já tinha até nome na nossa língua: é ‘*paranapep*’, que quer dizer rio sem barranco. Os índios lá, quando precisa de uma peneira assim, eles vem aqui, porque lá não tem (ATÚ apud BARBOSA DE OLIVEIRA, 2012, p. 125).

Destacamos ainda a fala de Makupá, transcrita por Barbosa de Oliveira (2012, p. 192) e considerada por ele “uma síntese bem elaborada da atuação dos Villas-Bôas junto aos Kaiabi, da criação do Parque e da política indigenista atual”:

Avaliando a história e o trabalho do Orlando por um lado, ele salvou mesmo os Kaiabi. Com a chegada do seringueiro e gateiro, esses brancos chegaram junto com a doença e não tinha como proteger os índios da doença, por isso eu acho que ele fez um trabalho importante, mas ele não fez um trabalho completo [...] Para fazer melhor ainda, se Orlando tivesse pensado de não tirar os Kaiabi de lá, de demarcar a área lá mesmo [...] A gente fica pensando, pô, a gente tá aqui brigando pelas coisas dos outros, pra proteger as coisas dos outros, mas eles mesmo não procura [sic] agradar, agradecer, será que não é melhor a gente começar a brigar por aquilo que é nosso? (MAKUPÁ apud BARBOSA DE OLIVEIRA, 2012, p. 192-193).

Esses e outros depoimentos demonstram que as diferenças entre a região do Xingu e aquela do rio Teles Pires e do rio Tatumy – não há floresta, nem árvores importantes para a cultura do povo Kaiabi, como a castanheira – foram fatores fundamentais para a opção de alguns em permanecer onde sempre viveram. Da mesma forma, a separação da família é um dado relevante. Tamanaú, por exemplo, relata para Barbosa de Oliveira que teve desentendimentos com Cláudio Villas-Bôas logo na chegada ao Xingu, mas acabou por desistir de ir embora já que tios e primos haviam ido com ele para o Parque. Após a morte desses parentes, no entanto, o Kaiabi passa a querer retornar ao Teles Pires, onde mora o irmão (BARBOSA DE OLIVEIRA, 2012, p. 186). Ao mesmo tempo, há quem tenha ficado feliz pela transferência, caso de Kaipá, que perdeu os seus no Teles Pires por conta de sarampo e não pensa em voltar à região

(Ibidem, p. 188). Salta aos olhos o investimento na entrevista, técnica compartilhada por Etnografia e jornalismo, contribuindo para mostrar o Outro segundo a sua perspectiva.

Resgate de uma tribo acerta em alguns pontos. Há o mérito do jornalista em apresentar o conflito com os seringueiros por meio da fala de Temioni, cujas roupas são descritas anteriormente como responsáveis por “enfeiar” sua figura. A reportagem também revela, a partir da descrição da blastomicose na pele do índio Tabá, as doenças a que os Kaiabi estavam sujeitos. É preciso ressaltar a presença no texto da crítica à dominação que leva à perda das referências ancestrais dos povos originários. É igualmente salutar a diferença entre um e outro exemplo pela experiência distinta vivida por pesquisador e repórter. Carlos Azevedo não retorna ao Xingu para investigar a adaptação dos Kaiabi. Barbosa de Oliveira o faz, mas não acompanhou a travessia. Apesar das ponderações, cabe ressaltar que o trabalho perde o que deveria ser seu foco: em vez do Outro mais vale a aventura, contada por profissionais elevados ao heroísmo.

Por fim, cabe comentar as condições de produção dos conteúdos. Em 2005, Barbosa de Oliveira procurou os Kaiabi para demonstrar seu interesse em pesquisá-los. O tema do projeto foi elaborado junto deles em mais de um encontro. Tal tempo para criar laços antes mesmo da ida ao campo seria muito mais difícil de ser cogitado para a reportagem, o que inevitavelmente impacta o produto final. Aqui podemos citar ainda o caso de Eliane Brum na reportagem *A guerra do começo do mundo*, publicada em 2001 na revista *Época*. A jornalista traz personagens e um panorama do cotidiano de Roraima, para o qual foi mandada pelo seu editor com o objetivo de encontrar ao menos uma história em um mês. A pré-apuração possível é apenas a pesquisa feita da própria redação a respeito da região. Brum (2017, p. 71-72, grifo nosso) realiza uma autocrítica:

Acho que fui capaz de chegar bem perto das várias faces de Roraima, menos a dos Yanomami. Esta, penso que mal avistei. Esse povo indígena está apresentado no texto de forma superficial, porque superficial era meu conhecimento dessa realidade que, ela mesma, necessitaria de uma biblioteca inteira e de uma coleção de vivências apenas para começar a ser desvendada. Ainda assim, com todos os limites, acho que poderia ter feito um trabalho melhor se, naquele momento, tivesse compreendido a extensão da minha ignorância. Ainda que tenha consultado antropólogos, ficou mal dito. E a responsabilidade é minha. É preciso assumi-la aqui [...] *Escrever sobre qualquer povo indígena sem cometer assassinatos sem sangue, mas ainda assim assassinatos, motivados por um etnocentrismo que nem sempre é reconhecido como tal por seu autor, é um desafio enorme para um jornalista, por isso é preciso tomar cuidados dobrados. Em alguma medida, fracassei com os Yanomami.*

Considerações Finais

Ao término deste artigo, podemos dizer que ultrapassamos o limite do solo e vislumbramos a raiz da batata doce, que os Kaiabi chamam de *jetyk*. Entendemos nesta alusão, que a raiz se refere à alteridade e que, por mais complexo que possa ser o conceito, é ele que aproxima a reportagem da Etnografia, junto do tempo de contato com o Outro. Nos exemplos aqui analisados os campos aparecem como dois nodos não fixos desta raiz, ora se aproximando, ora se distanciando. Muito já se explorou e muito há ainda que se explorar sobre este diálogo, adentrar mais fundo na terra para analisar de mais perto os nodos. Do que vimos, algumas considerações podem ser levantadas, e esperamos que possam vir a colaborar em pesquisas futuras.

A reportagem *Resgate de uma tribo* é estruturada quase como um caderno de campo; a riqueza de detalhes do relato não deixa a desejar em relação à observação participante de um etnógrafo. Em sua descrição, no entanto, o repórter deixa transpassar seu olhar etnocêntrico, não consegue desabitar-se do que já ouviu sobre e do que considera ser um indígena. Isso ocorre apesar das técnicas disponíveis para evitá-lo, como a entrevista com os Kaiabi que permaneceram em seu território, para descobrir as causas de suas escolhas. Azevedo parece incorrer em um erro compartilhado por outros da sua geração, e sintetizado por Moraes (2015, p. 201) nos seguintes termos: sublinhar o “estranhamento” em relação ao personagem, partindo da escrita cujo eixo é a experiência de campo do repórter, acaba por instrumentalizar quem é retratado. As pessoas “servem para ser notícia e, logo depois, entram no arquivo do passado”.

Determinadas características da abordagem etnográfica, afins ao jornalismo, teriam como ser melhor exploradas nesta reportagem específica para uma apresentação mais aprofundada da realidade dos Kaiabi, levando em consideração o fato de que a reportagem é o gênero jornalístico que permite maior imersão por parte do repórter. Nesse sentido, entendemos, após a análise, que para escrever sobre povos originários sem “cometer assassinatos sem sangue, mas ainda assim assassinatos”, como coloca Brum (2017, p. 71-72), uma necessidade posta já de partida é aquela a que o profissional também deve se ater em outros encontros: a preocupação com o Outro, não com o heroísmo. Quando o objetivo é conhecer o Outro e fazer os leitores ou demais pesquisadores perceberem como o ser humano é multifacetado, o fazer jornalístico e o etnográfico geram contribuições mútuas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. Resgate de uma tribo. **Realidade**, São Paulo, ano 1, n. 9, p. 37-54, dez. 1966. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/213659/1155>> Acesso em: 12 out. 2020.

BARBOSA DE OLIVEIRA, F. C. **Quando resistir é habitar**: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no baixo Teles Pires. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BARCELLOS, D. Etnografia, educação e relações raciais. **Movimento – revista de educação**: revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 12, p. 1-11, 2005.

BRUM, E. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida. 2. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

GALTUNG, J.; RUGE, M. H. The structure of foreign news. **Journal of Peace Research**: SAGE Publishing, Nova York, vol. 2, n. 1, p. 64-91, 1965.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.
_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GOULD, L. **A ‘arte de sujar os sapatos’ com a pauta social**: Grande reportagem e o cotidiano de indivíduos (extra)‘ordinários’. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**: revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Brasília, v. 6, n. 1, p. 164-178, 2010.

LERY, J. Identidade e alteridade: limitações das aplicações conceituais frente às representações da marginalidade social. In: SEMINÁRIO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 15., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018, p. 20-32.

MATTOS, C. L. G. de. A abordagem etnográfica na investigação. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (Orgs.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 49-83.

MORAES, F. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos – Jornalismo e Cotidiano**: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007.